

RECURSOS DE AVALIATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE XERENTE: JULGAMENTO EM DISCURSOS DE ESTUDANTES NÃO INDÍOS

Elaine Caldeira¹

Resumo: Firmada no aparato teórico-metodológico interdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC), analiso recursos de avaliatividade utilizados na construção da identidade xerente em discursos de estudantes não índios do ensino médio em uma escola multicultural localizada no Estado do Tocantins. Para realizar a análise dos aspectos avaliativos presentes nos discursos dos estudantes, parto das categorias do Sistema de Avaliatividade proposto por Martin e White (2005) e White (2004), que permite identificar, a partir da perspectiva sistêmico-funcional de linguagem, elementos que comprovem sentimentos e valores “postos” de uma comunidade, de modo a demonstrar emoções, gostos e avaliações normativas. Considerando os estudos críticos sobre identidades sociais de teóricos como Bauman (1999) e Hall (2008), as análises realizadas revelam a construção de identidade(s) étnica(s) xerente marcada(s) por oposições binárias entre o nós *versus* eles que revelam, nas ocorrências de julgamento por estima social e sanção social, e suas respectivas subcategorias, nos processos avaliativos do comportamento indígena, relações de poder, luta pela hegemonia e embate entre posicionamentos ideológicos.

Palavras-chave: Discurso. Sistema de Avaliatividade. Julgamento. Identidade étnica.

Abstract: Working from the interdisciplinary theoretical and methodological approach of critical discourse analysis, I analyze appraisal resources used in the construction of xerente's identity by non-Indians students from a multicultural high school in the State of Tocantins, Brazil. To achieve this goal, I adopt the Appraisal System of categories proposed by Martin and White (2005) and White (2004), which identifies, from the systemic functional perspective of language, elements that show values and feelings of a community, such as emotions, appreciation and normative evaluation. Considering studies on social identity theory – Bauman (1999) and Hall (2008) –, our analysis shows that the construction of the xerente ethnic identity is marked by binary oppositions between we *versus* they, which reveal power relations, the struggle for hegemony and a clash between ideological positions.

Keywords: Discourse. Appraisal System. Judgment. Ethnic identity.

1 Introdução

A globalização, vista como um fenômeno que integra e conecta “comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo” (HALL, 2000, p. 67), “implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da sociedade como um sistema bem delimitado” e de desconstrução como, por exemplo, de fronteiras bem delimitadas entre cidade e aldeia indígena (HALL, 2000, p. 67). Possui, portanto, forte impacto na constituição das identidades étnicas por formar um

¹ Professora do Instituto Federal de Brasília e doutoranda em Linguística da Universidade de Brasília.

conjunto em que tudo e todos estão em um mesmo ambiente, possibilitando o surgimento e a (re)significação de novas formas de conhecimento, de cultura, de símbolos e de identidades sociais.

Os índios Xerentes, localizados na região Norte do Brasil e em um processo migratório intensificado por esse fenômeno global de deslocamento, passaram a morar e a estudar com maior frequência na zona urbana, na cidade de Tocantínia, Tocantins (TO). Em 2000, o Colégio Estadual Frei Antônio passou a fazer parte do Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social por meio de um convênio firmado entre a Secretária de Educação do Estado do Tocantins-SEDUC e a Fundação Fé e Alegria, com o intuito de atender a grupos minoritários. Após esse convênio, o número de alunos indígenas na escola triplicou. Esse “cruzamento de fronteiras” coloca em xeque a “homogeneidade de um grupo”, evidenciando a diferença na comunidade. Nesse contexto, como uma reação de resistência ao “outro”, surgem práticas sociais discriminatórias e um corpo de crenças que tacitamente legitima as discriminações, transmitidas via discurso, e que contribuem para a negação, a ofuscação e o apagamento das diferenças (VAN DIJK, 1997; WODAK, 2003).

Essas práticas discursivas geram um falso reconhecimento que se configura como uma forma de opressão, uma vez que a imagem que construímos muitas vezes sobre os “grupos minoritários” causa-lhes sofrimento e humilhação, ainda mais por que tais representações depreciativas são construídas quase sempre para a legitimação da exclusão social e política dos grupos discriminados (BAUMAN, 1999).

Como para Hall (2008) o processo de migração (diáspora) se apoia sobre uma concepção binária de diferença, a construção de identidades étnicas em um espaço multicultural está fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “outro” e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora, da construção de fronteiras veladas que separam, excluem, dominam, subjugam. Partindo dessa problematização e do princípio de que a relação linguagem-sociedade não é externa, mas, sim, interna e dialética, de modo que fenômenos discursivos são, em parte, fenômenos sociais, e vice-versa, a Análise de Discurso

Crítica (ADC) propõe um aprofundamento da noção de linguagem como uma forma de ação social que constrói o mundo e, ao mesmo tempo, articula e internaliza traços de processos sociais, parte irredutível da vida social (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999).

Nesse sentido, por acreditar que a prática discursiva contribui para (re)construir e (re)produzir as estruturas e as relações sociais, os sistemas de conhecimento, crença e as identidades étnicas, este trabalho firma-se na perspectiva epistemológica da ADC, um aparato teórico-metodológico interdisciplinar que dialoga com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e as Ciências Sociais Críticas (CSC), com o intuito de analisar recursos de avaliatividade utilizados na construção da identidade Xerente em discursos de estudantes não índios do ensino médio em uma escola multicultural.

2 ADC e o Sistema de Avaliatividade (Appraisal System): aspectos avaliativos na construção de identidades sociais

A ADC é uma proposta teórico-metodológica que se caracteriza fundamentalmente pela interdisciplinaridade e heterogeneidade, já que reconhece que, para contemplar reflexões acerca da relação entre linguagem e sociedade e analisar problemas sociais discursivamente, faz-se necessário romper com fronteiras disciplinares e operacionalizar conceitos e categorias presentes na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e nas Ciências Sociais (CSC) (WODAK, 2003 *apud* RAMALHO, 2009). Entre as diferentes abordagens em ADC, este trabalho está especialmente filiado à abordagem de Fairclough (2001; 2003; 2006) e Chouliaraki e Fairclough (1999), aliada às contribuições teóricas da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) com base nos estudos do Sistema de Avaliatividade de Martin e White (2005), Martin e Rose (2003) e White (2004); e às contribuições das CSC sobre a construção discursiva de identidades sociais.

Fairclough (2003) propõe uma articulação entre a ADC, a LSF e as CSC que permite, ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica

tomar como ponto de partida problemas sociais vigentes e, assim, adotar o ponto de vista *dos que sofrem mais*, e analisar de forma crítica *os que estão no poder*, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas (VAN DIJK, 1986, p. 4 *apud* WODAK, 2004, p. 223, grifo meu).

Dessa forma, a ADC em suas distintas abordagens, portanto com propostas de categorias analíticas distintas, “fundamenta-se” em certa medida na crítica explanatória do Realismo Crítico (RC)², para analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem, quando guiadas pela crença de que é possível (re)construir a realidade social, ancorando-se, portanto, em uma perspectiva de estudo da linguagem pautada no entendimento do discurso como elemento intrínseco dos eventos sociais relacionado, por exemplo, às transformações culturais contemporâneas das diversas práticas sociais de índios e não índios na comunidade estudada tendo em conta a relação dialética entre discurso e contexto social e seus possíveis efeitos na constituição de identidades étnicas Xerentes.

Como afirma Fairclough (2013, p. 14), a perspectiva social em que se respalda é realista, fundamentada em uma ontologia realista – em que tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abstratas práticas sociais, são parte da realidade. Assim, essa articulação possibilita, essencialmente, transparecer a natureza entrelaçada da constituição de identidades étnicas com as veladas relações de discriminação, poder e hegemonia emaranhadas, mesmo que parcialmente, no discurso em questão. O que mostra o funcionamento da linguagem “como uma parte irredutível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo”, ou seja, como discurso (RAMALHO E RESENDE, 2011, p. 15).

Com esse objetivo, baseando-se nos estudos de Halliday e Matthiessen (2004) sobre a metafunção interpessoal tida como responsável pelo estabelecimento de relações entre os indivíduos realizadas na léxico-gramática pelo Sistema de Modo,

² Bhaskar (1998, p. 41) destaca que o Realismo Crítico avulta a percepção de que é necessário apreender as camadas mais profundas da realidade para, então, depreender os determinantes causais (agentes causais e seus poderes) e, conseqüentemente, poder desvelar a realidade e as estruturas, mecanismos e tendências geradoras dos eventos.

Fairclough (2003) propõe uma recontextualização dessa metafunção a partir da articulação com o conceito de estilo³, apresentando o significado identificacional. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), podemos definir estilo como o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com a sua identidade”, que pode revelar, por exemplo, como os estudantes não índios se identificam e como identificam os Xerentes. Dentre as características relacionadas ao significado identificacional, os valores presentes nos discursos contribuem para compreendermos como as pessoas se avaliam e como avaliam as outras pessoas e o mundo a sua volta, ou seja, como (des)constroem discursivamente identidades étnicas em um espaço escolar.

Para realizar a análise dos aspectos avaliativos presentes em qualquer evento comunicativo, Martin e colaboradores propõem então um Sistema de Avaliatividade, consolidado principalmente nos estudos de Martin e White (2005), mas iniciado em estudos anteriores, como em Martin (2000, 2002, 2003), Martin e Rose (2003) e em White (2004), que nos permite analisar, a partir da perspectiva sistêmico-funcional de linguagem, elementos que comprovem sentimentos e valores “postos” de uma comunidade, de modo a demonstrar emoções, gostos e avaliações normativas (VIAN JR, 2009). O sistema de avaliatividade busca descrever de que maneira o falante utiliza a linguagem para avaliar, para se posicionar, para julgar e para apreciar elementos da realidade (MARTIN, 2004).

Esse sistema abrange três subsistemas que, por sua vez, subdividem-se, conforme será visto posteriormente: *atitude*, *engajamento* e *gradação*. A *atitude* diz respeito a sentimentos e a julgamentos que o locutor faz em relação ao mundo que o cerca. O *engajamento* refere-se à adesão ou não do autor ao dizer do outro, e a *gradação* tem a ver com a intensificação ou a mitigação dos significados manifestados nos outros dois subsistemas.

³ Neste trabalho, nos atentaremos ao significado identificacional apenas. Entretanto, Fairclough (2003) apresenta mais dois significados com base nos conceitos de *gêneros* (significado acional), como aspectos especificamente discursivos de modos de agir e interagir no curso de eventos sociais, e de *discurso* (significado representacional), como uma forma abstrata de representar o mundo material a nossa volta.

Como este trabalho objetiva analisar recursos de avaliatividade utilizados na construção da identidade Xerente em discursos de estudantes não índios, deter-nos-emos no significado identificacional⁴ do discurso, considerando, entre as categorias relacionadas a esse significado, a avaliação, a partir do Subsistema Atitude, que possibilita identificar avaliações, verificar posicionamentos, manifestar valores e, por conseguinte, construir identidades étnicas.

3 Subsistema atitude: afeto, julgamento e apreciação

A *avaliatividade*, segundo Martin e White (2005), complementa a negociação entre os participantes ao focar aspectos interativos do discurso, funções de fala e estrutura de troca. Esse sistema cumpre três funções principais: demonstrar o posicionamento atitudinal do autor/falante frente a comportamentos e eventos/coisas concretas por meio do elogio ou da censura; expor, por meio da aceitação do posicionamento de outrem ou mesmo da contraposição a ele (procedimentos de ordem intertextual), seu próprio posicionamento, ou mesmo manter-se neutro; e explicitar os recursos dialógicos utilizados para estabelecer as relações interpessoais entre autor e leitor, através da antecipação ou da resposta a indagações do leitor/ouvinte.

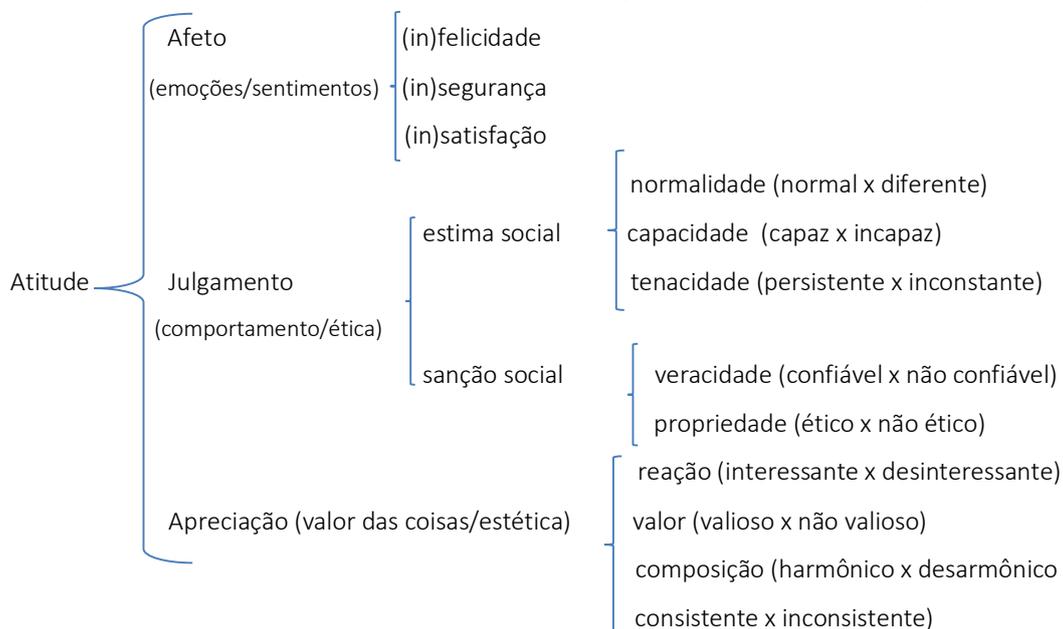
Para Vian Jr (2009), ao selecionar o léxico avaliativo quando julgamos algo, partimos de sistemas semânticos que são realizados léxico-gramaticalmente de forma a reforçarmos, ampliarmos ou minorarmos, reduzirmos, aquilo que avaliamos (VIAN JR, 2009). Nesse sentido, ele aponta que a proposta de Martin e White (2005) é desenvolver um sistema semântico-discursivo para a avaliatividade, o que sugere uma gama de realizações em diferentes estruturas léxico-gramaticais. Tais realizações, a partir da nomenclatura sugerida por Halliday (1994), concretizam-se através da modificação de participantes, processos e adjuntos, em diferentes instâncias,

⁴ É importante ressaltar que significados do discurso, assim como as metafunções da linguagem, estão dialeticamente relacionados, visto que há um sentido em que cada um internaliza os outros (HARVEY, 1996 *apud* FAIRCLOUGH, 2003), pois “considera que representações particulares (discursos) podem desempenhar de modo particular ações e relações (gêneros), e apontar modos de identificação (estilos)”.

podendo configurar-se no texto como qualidades, por meio de epítetos, atributos e circunstâncias, por intermédio de diferentes processos, mas principalmente comportamentais e mentais, ou como comentários, mediante adjuntos modais. Ou seja, trata-se de um sistema na interface entre semântica do discurso e léxico-gramática, da realização dos significados no texto mediante os recursos disponíveis na semântica do discurso⁵ (VIAN JR, 2009).

Assim, para expressar sentimentos e julgamentos, de forma direta/implícita e/ou positiva/negativa, em relação ao mundo que nos cerca, utilizamo-nos, predominantemente, do subsistema *atitude*, já que este “tem a ver com a avaliação das coisas, do caráter das pessoas e seus sentimentos” (MARTIN E ROSE, 2003, p. 22). A *atitude* é o subsistema responsável por expressar linguisticamente as avaliações do autor/falante positivas e negativas e abrange as manifestações semânticas voltadas para a emoção, a ética e a estética. Esse sistema divide-se em três campos semânticos que se subdividem, conforme mostra a figura abaixo:

Tabela 1 – Subsistema de atitude e seus recursos – adaptada de Martin e White (2005).



⁵ Martin e White (2005) perceberam que apenas os itens lexicogramaticais por si só nem sempre dão conta de todos os significados de um texto em um determinado contexto, pois, muitas vezes, é necessário que se analise a relação que tais itens mantêm entre si em um texto, de modo que o foco da análise incida sobre porções maiores da oração, especialmente na combinação que apresentam entre si. Assim, para dar conta dos significados além da oração (os textos), elegeram uma instanciação maior para a análise dos aspectos avaliativos presentes em qualquer evento comunicativo, localizado em um terceiro ciclo de codificação – a Semântica do Discurso (Martin e White, 2005).

As três categorias (*atitude, julgamento, apreciação*), segundo Martin e White (2005), estão relacionadas a recursos semânticos, conforme segue:

- a) *Afeto* – está relacionado aos recursos semânticos que expressam reações emocionais, como, por exemplo, ficar chocado com um acontecimento em específico;
- b) *Julgamento* – são os recursos utilizados para avaliar o comportamento humano (caráter, ética), de acordo com os princípios e regras que regem a sociedade;
- c) *Apreciação* – são os recursos empregados para atribuir valor às coisas, incluindo fenômenos naturais e atividades humanas individuais, mas não o comportamento; está voltado para os valores estéticos.

Para Martin e White (2005), o *afeto* perpassa os outros subsistemas, pois é o cerne dos sentimentos institucionalizados, como podemos observar a seguir:

Figura 1 – centralidade do recurso afeto.



Fonte: Martin e White, 2005 – adaptado.

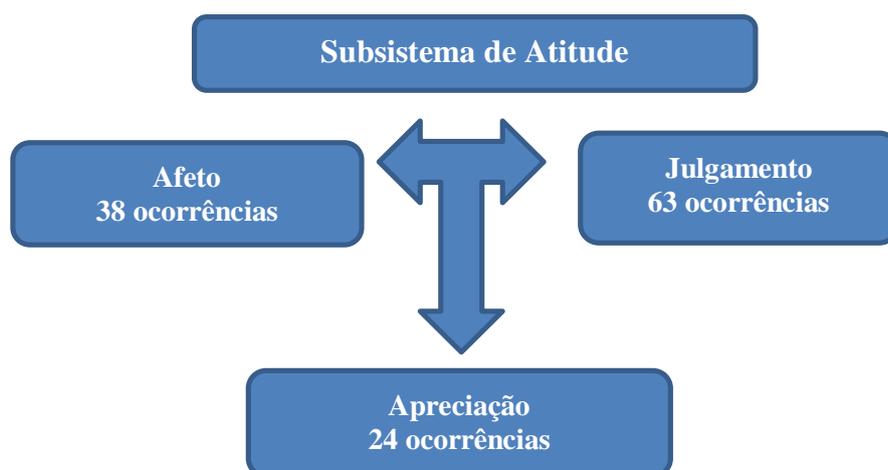
Dessa forma, a avaliatividade, de acordo com Martin e White (2005), preocupa-se com a presença subjetiva de escritores/falantes em textos, como eles se posicionam em relação a si mesmos, ao que apresentam e em relação aos outros – como aprovam ou desaprovam, admiram ou abominam, aplaudem ou criticam e como constroem “identidades”. Essa abordagem está, então, interessada nas funções sociais desses recursos, não simplesmente como formas através das quais falantes/escritores individuais expressam seus sentimentos e posições, mas como meios que permitem que os indivíduos adotem posições de valor determinadas

socialmente e, assim, se filiem, ou se distanciem, das comunidades de interesse associadas ao contexto comunicacional em questão (WHITE, 2004).

4 Geração e organização dos dados

Como os textos revelam o modo como vemos o mundo e as pessoas e o modo como agimos, selecionamos, para analisar recursos de avaliatividade utilizados na construção da identidade Xerente em discursos de não índios, 22 textos de estudantes não índios. Para compreender a realidade social representada nos textos⁶, adotamos um método qualitativo de análise. A geração dos dados foi realizada em uma escola de ensino médio, Colégio Estadual Frei Antônio, localizada na área urbana do município de Tocantínia-TO, em salas de aula multicultural compostas por alunos índios e não índios. Após a seleção dos textos, realizamos a análise semântica dos enunciados que expressam sentimentos, julgamentos e apreciações, de forma direta/implícita e/ou positiva/negativa. Após essa análise, quantificamos as ocorrências de cada tipo de recurso e aprofundamos a análise do julgamento, uma vez que foi este o recurso predominante nos textos analisados, conforme podemos ver na figura a seguir:

Figura 2: Distribuição das ocorrências do Subsistema de atitude.



⁶ É importante ressaltar que "textos" são assumidos, na ADC, como amostras de práticas sociais mais amplas, que se situam num nível intermediário entre o que tende a ser mais fixo (estruturas) e o que tende a ser mais flexível e momentâneo (eventos).

Desse modo, o julgamento, campo de significados por meio dos quais se constroem posições de aprovação ou condenação do comportamento humano (por meio de avaliações morais com base em um sistema específico de aceitabilidade e de normas sociais), foi o recurso avaliativo mais recorrente no discurso dos não índios na construção da identidade Xerente, com 63 ocorrências distribuídas conforme a tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição das ocorrências da categoria Julgamento.

Subsistema de atitude									
Julgamento									
Estima social					Sanção social				
Normalidade		Capacidade		Tenacidade		Veracidade		Propriedade	
+	-	+	-	+	-	+	-	+	-
10	18	8	4	4	2	4	7	2	4
Total = 40					Total = 23				

5 Posicionamentos atitudinais na construção de identidade(s) étnica(s)

Consoante White (2004), o julgamento de estima social refere-se a avaliações que podem levar o indivíduo a ser elevado ou rebaixado na estima de sua comunidade. Trata-se de um posicionamento atitudinal (julgamentos sobre capacidade, normalidade, veracidade, dentre outros) determinado pela cultura na qual as pessoas vivem e pelas experiências, expectativas, intenções e crenças individuais.

Martin (2000 *apud* Almeida, 2011) propõe a seguinte pergunta para analisar a subcategoria normalidade: o comportamento do indivíduo é pouco usual, especial ou comum? A análise dessa subcategoria (normal *versus* diferente), a mais recorrente neste estudo, mostrou que os estudantes não índios revelam um posicionamento atitudinal moldado por um cultura particular e uma situação ideológica em que o

termo “cultura”⁷ é frequente entre as escolhas lexicais realizadas para marcar a diferença entre índios e não índios. Vejamos alguns exemplos de julgamento por estima social - normalidade:

(1) “Ser índio ter culturas diferentes como morar em aldeias ter costumes diferentes dos brancos ter direito e também poder aprender tudo o que o branco também aprende e gostar de cassar, de percar, de se pintar e outras (...)”. (Texto 09)

(2) “É ter e manter uma cultura diferente dos homens brancos, mais também ter o direito de poder aprender a ter uma vida social igual a qualquer pessoa independente da cor, raça, ou etnia (...)”. (Texto 10)

(3) “São nossos irmãos, só com uma diferença eles tem culturas diferentes e crenças”. (Texto 12)

(4) Ser índio é ser normal, eles se pintam com urucu, alguns moram na aldeia, pescam de um modo diferente, brincam de um modo diferente, e tem alguns que se vertem diferente, colocam aquelas pena na cabeça, tem umas Dança diferente, e é isso”. (Texto 14)

Os alunos não índios recorrem aos costumes (pescam, brincam, dançam, vestem de um modo diferente) e às crenças (tem culturas e crenças diferentes) para avaliar o comportamento e validar a construção de que “ser índio” é ser “diferente”. Essa diferença é realizada pelo julgamento dos comportamentos dos alunos, como se o do índio fosse ruim – anormal – e o do branco fosse bom. A avaliação da cultura⁸

⁷ A palavra “cultura”, na língua portuguesa, é classificada como substantivo feminino. Todavia, no discurso dos estudantes não índios, ela produz efeito semântico de adjetivo. Os alunos a utilizam para atribuir julgamento positivo quando ela se refere à cultura dos brancos, e julgamento negativo quando ela se refere à cultura dos índios.

⁸ Embora as palavras “civilização” e “cultura” continuem sendo usadas de modo intercambiável, em especial por antropólogos, cultura é agora também quase o oposto de civilidade. Ela é mais tribal do que cosmopolita, uma

aparece nos discursos analisados como um modo de descrever as formas de vida dos “selvagens” (os índios) em oposição à dos civilizados (não índios) (EAGLETON, 2005, p. 25). Assim os não índios não pensam em si mesmos como uma “cultura”, pois isso não só significaria perceber-se como um todo, mas ver a si mesmos como apenas uma forma de vida possível dentre muitas. Desse modo, para os não índios, seu modo de vida é simplesmente julgado como “normal”; são os Outros (os índios) que são diferentes, idiossincráticos, culturalmente peculiares, e essa diferença é julgada de maneira negativa.

Assim, na tentativa de acentuar a diferença, os alunos não índios avaliam o índio, de forma direta e negativa, como uma ameaça, cuja origem estaria na “diferença”, na “cultura diferente”, o que justifica a construção do índio como uma fonte de fascinação e perigo, como exótico e, ao mesmo tempo, ameaçador, como podemos verificar nos julgamentos por estima social baseados na normalidade *versus* diferença:

(5) “Bom, eu não tinha nada contra em dividir o espaço com um indígena, afinal de contas eles são como nós, só pensa diferente, como todos os seres. Cada um tem o jeito de viver, os dos índios, chama muita atenção, por causa de sua tradição, que as vezes por falta de sabedoria julgamos de forma errada. Seu modo de viver é muito diferente do nosso, por isso, estranhamos seu modo de viver” . (...) As aparência que eles mostra ser também ajuda pra alimentar essa fome de preconceito, seus modos de vestir, de se alimentar”. Em relação a dividir espaço de aprendizado, é um pouco invasor da parte deles, afinal, eles são muitos fechados em sua cultura”. (Texto 2)

(6) “Ser índio é ter culturas diferentes como morar em aldeias ter costumes diferentes dos brancos ter direito e também poder aprender tudo o que o branco também aprende e gostar de cassar, de percar, de se pintar e outras (...)”. (Texto 09)

(7) “É ter e manter uma cultura diferente dos homens brancos mais também ter o direito de poder aprender a ter uma vida social igual a qualquer pessoa independente da cor, raça, etnia, as vezes sofrendo um certo preconceito mais com a ampla certeza que tem seus direitos e deveres a cumprir, não é muito diferente pois somos todos iguais”. (Texto 10)

(8) “Bom pra mim ser índio é normal, eles se pintam com urucu, moram na aldeia, pescam de um modo diferente, brincam de um modo diferente, e tem alguns que se vestem diferente, colocam aquelas penas na cabeça, tem umas dança diferente, e é isso. Pra mim isso é que é ser índio”. (Texto 14)

Apesar de reconhecerem a diferença, notamos que os alunos não índios não estão abertos à diferença. Ao contrário, a diferença é o “entrave” para o bom convívio e para a aceitação, pois a diferença aparece como uma essência fixa e negativa sobre a qual e a partir da qual o sentido de ser índio é construído. A forma direta e negativa como a diferença é marcada na construção discursiva da identidade indígena Xerente revela as formas de exclusão de um grupo. De acordo com o sistema de avaliatividade, essas realizações revelam o julgamento da “diferença” como comportamento não usual e, conseqüentemente, negativo.

Dessa forma, a identidade Xerente está fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre quem está “dentro” e quem está “fora” (HALL, 2009: 33). Assim, as identidades não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados (MOITA LOPES, 1998).

Assim, no processo de avaliação do comportamento Xerente, os alunos não índios julgam o índio, de forma implícita e “positiva”, também com base no recurso de julgamento por estima social – normalidade. Entretanto, a avaliação do comportamento se dá por meio da colocação da diferença “entre parênteses”, com foco na semelhança, ou seja, na “igualdade”. Isso revela que as identidades não são

essências fixas e que não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas (WEEKS, 1999 *apud* WOODWARD, 2008, p. 35), como podemos ver nos enunciados abaixo:

(9) “Hoje o índio é igual a um cristão alguns deles não seguem o ritmo da aldeia vivem socialmente igual a nós”. (Texto 01)

(10) “... ser índio é andar nu, com flexa na mão matando os bichos, fazendo medo todo mundo, mais hoje em dia eles não faz medo ninguém mais, pois eles são quais igual a nós brancos”. (Texto 07)

(11) “Hoje tem muita gente que discrimina o índio mas na verdade ele agente nunca deve discriminar ninguém por que todo mundo merece ser respeitado seja classe alta ou media porque eles pode ter seus defeitos mas merece ser respeitado por que eles são seres humanos igual à nós”. (Texto 08)

(12) “Ser índio para nós é uma coisa muito normal porque praticamente nascemos e fomos criados juntos. (...) Hoje em dia os índios estão bem civilizados, estudam, trabalham na cidade, tem acesso a internet e tudo mais”. São nossos irmãos, so com uma diferença eles tem culturas diferentes e crenças. Ser índio é ser normal”. (Texto 12)

Ao avaliar o índio “como igual ou quase igual ao branco” e, por isso, “normal”, a diferença é colocada “entre parênteses”, com o intuito de “incluir” o índio na medida em que ele se assemelhe com o não índio, pois “eles” merecem respeito ao serem iguais a “nós”.

Esse tipo de julgamento revela uma tentativa de “inclusão” pela “exclusão”. Percebemos que, no caso de identidades étnicas, é tentador – em um mundo cada vez mais fragmentado e em resposta ao colapso de um conjunto determinado de certezas – afirmar a igualdade para negar/camuflar a diferença apelando à

“solidariedade” daqueles que pertencem ao grupo “nós” para com aqueles que pertencem ao grupo “eles”, um grupo oprimido e marginalizado pela “diferença”. Como argumenta Hall (2009), sempre há um ‘deslize’ inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado, o que gera a fantasia de um significado final assombrada pela ‘falta’ ou ‘excesso’, pois nunca é apreensível na plenitude de sua presença a si mesma. Tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando, pois, a fixação, apesar de ser uma tendência, é uma impossibilidade (SILVA, 2000).

O julgamento do comportamento indígena pelos estudantes também ocorre por estima social – capacidade e por sanção social – veracidade e propriedade. Diferentemente de como ocorre no julgamento por estima social – normalidade (presença de discurso homogêneo em que a diferença é marcada direta ou indiretamente como negativa), temos um discurso em conflito. De um lado, temos textos que recorrem a valores negativos para julgar o índio e, de outro, temos textos que recorrem a valores positivos. Os trechos abaixo, ao se referirem a valores como capacidade, tenacidade, confiança e propriedade revelam essa contradição:

(13) “Eles tem o coração de pedra gosta de morte os animais destui a natureza e isto que acho do índio”. (Texto 06)

(14) “Um índio sempre foi discriminado por muito pelo seu jeito de ser porque vive no mato fala língua diferente da nossa.” (...) Mas isto está mudando alguns índios são muito importante na sociedade alguns são médico, polícia, juizes etc”. (...) Mas alguns fica manchando o nome índio com alguns problemas fica bebado na rua, dormino da rua, brigando com outro índio. por isso que muitas pessoas discrimina os índios pelos atos errados.” (Texto 15)

(15) “(...) depois que eu vim estudar aqui em Tocantínia que eu percebi que os índios são mais descolados que os brancos, e muitos deles tem mais acesso a

tecnologia do nosso mundo do que os brancos também. Nem todos alguns são cachaceiros vagabundos mais outros são trabalhores e honestos". (Texto 16)

(16) *"Para mim estudar com índio é normal eu já me acostumei, no começo era difício eu não gostava de estudar com índios pois me disiam que os índios fidiam e que eram burros e vários outros nomes". (Texto 20)*

(17) *"Ser índio é ser uma pessoa que gosta da natureza e que presersa os animai e rios". (Texto 05)*

(18) *"Hoje os índios estão bem civilizados, estudam, trabalham na cidade, tem acesso a internete tem acesso as noticias do mundo e tudo mais". (Texto 12)*

(19) *"... eles convivem com nosco em Tocantínia, fabricam ser próprios artesanatos, correm em busca de sobreviver como qualquer um, não são agressivos, alguns estudam, nas aldeias, outros no Colégio Frei Antônio, trabalham, vivem uma vida normalmente". (Texto 19)*

(20) *"Hoje tem muito índio sivilizado estudado tem que é formado". (Texto 08)*

O índio aparece nas avaliações realizadas ora como capaz (*são médico, polícia, juízes (14)/ trabalhadores (15)/ trabalham na cidade, tem acesso a internet (18)/ estudam (19)/ estudado (20)*), ora como incapaz (*cachaceiros (15)/ burros (16)*); ora como persistente (*correm em busca de sobreviver (19)*); ora como inconstante (*bêbado na rua, dormindo na rua (14)*); ora como confiável (*gosta de natureza e que preserva os animais (17)/ não são agressivos (24)*); ora como não confiável (*gosta de morte os animais, destrói a natureza (13)/ brigando com outro índio (14)*); ora como ético (*honestos (16)*); ora como não ético (*vagabundos (15)*).

Desse modo, esses discursos contraditórios sobre o que é "ser índio" – marcados por oposições binárias – revelam que, embora construído pela diferença, o

significado de ser índio não é fixo nem completo, de forma que sempre existe algum deslizamento. A identidade é marcada pela diferença, e parece que algumas diferenças (civilizado *versus* selvagem) entre os grupos étnicos são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares, o que enfatiza a fluidez dessas identidades (WOODWARD, 2008). Assim, tanto os julgamentos realizados por estima social quanto por sanção social revelam que o índio para ser aceito pelos não índios precisam adequar-se às normas e preceitos morais/sociais estabelecidos como “normal/certo” pelos não índios para não serem rebaixados na estima da comunidade não indígena.

6 Considerações finais

Ao analisarmos as ocorrências de julgamento por estima social e sanção social e suas respectivas subcategorias, percebemos que, nos processos avaliativos do comportamento indígena, estão inseridas relações de poder, luta pela hegemonia e embate entre posicionamentos ideológicos. Trata-se, portanto, de uma avaliação que, com o tempo, se não for problematizada, se naturaliza, dando a ideia de que o não atendimento às normas estabelecidas por um determinado grupo social ou não pertencimento a um meio social e o rebaixamento na estima de uma determinada comunidade não é algo construído de forma arbitrária, mas, sim, algo dado aprioristicamente. Nesse sentido, a análise do sistema de avaliatividade enriquece a análise linguística, dando recurso para a desconstrução de determinadas representações excludentes, pois permitem aprofundar a compreensão da maneira pela qual as opiniões e atitudes dos não índios sobre o índio são construídas discursivamente.

Ressaltando a normalidade, a capacidade, a tenacidade, a veracidade e a propriedade por meio de diferenças culturais, costumes, crenças, modos de vestir dos índios, os não índios estão demarcando o seu “território”, estabelecendo, assim, o “nós” *versus* “eles”. De acordo com Silva (2002), a diferença não tem a ver com a diferença entre o não índio e o índio, mas com o que se passa entre eles. Por isso, as

diferenças não são “derivações” da identidade, como se fosse possível avaliar o que somos como norma e o que não somos como a diferença, sendo que a avaliação da diferença se faz plena de negatividade e desqualificação. As diferenças não estão aí como essências ou elementos da natureza para serem desvendadas, respeitadas ou toleradas; elas são criadas por contraste na produção da inserção social daquela interação entre sujeito e contexto, neste caso, entre índios e não índios em um espaço escolar multicultural (SILVA, 2000).

Dessa forma, a identidade Xerente construída nos discursos dos alunos não índios deve ser “contestada”, pois a identidade pode ser (re)construída e (des)construída, todo objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; portanto, todo objeto poder ser (re)construído discursivamente (LACLAU E MOUFFE, 1987).

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BHASKAR, R. Sociedades. In: ARCHER et al. (Org.). *Critical realism: essential readings*. Tradução de Hermann Mathow; Thais Maia. Niterói: UFF, 2001. London: Routledge, 1998.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CHOULIARAKI, L. *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University Press, 1999.
- EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005, 205 p.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres and Nova York: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.
- LACLAU, ERNESTO & MOUFFE. Post-marxism without apologies. *New Left Review* 166, 1987.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Textos didáticos. São Paulo: FHC/Unicamp, 2009.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to Functional Grammar*. 2nd edition London: Hodder Arnold, 1994. 689 p.

_____.; MATHIESSEN, C.M.I.M. *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London: Hodder Arnold, 2004. 689 p.

_____.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1989. 125p.

MARTIN, J.R.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. 1ª ed. London: Palgrave Macmillan, 2005. 256p.

_____.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. 1ª ed. London: Continuum, 2003. 293 p.

MOITA LOPES, Paulo da. Discursos de Identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença. In: Signorini, I.(org) *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

RAMALHO, Viviane. Análise crítica da publicidade: um estudo sobre anúncios de medicamento. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 10 (2), 2009, p. 152-182.

_____.; RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes, 2011.

SIVA, T. T. Resumo: Identidade e diferença: impertinências. In: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n 79, Agosto/2002.

_____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72

VIAN Jr., O. *O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa*: questões terminológicas e de instanciação. *Revista Delta*, 2009.

WHITE, P. Valoração: A linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso – Lem D*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.